



TCE SP

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

SIMULADO ESPECIAL

TCE SP

**Auditor De Controle Externo
Ciências Contábeis - Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-SP**, cargo de **Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/jr59ZckURXk19jPH8>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4hGitA8>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

Leia o texto para responder às questões de 1 a 5.

Objetos que circulam

Em várias cidades, serviços conhecidos como “bibliotecas de coisas” permitem que moradores levem para casa furadeiras, barracas, máquinas de costura e utensílios de cozinha por alguns dias. A lógica se aproxima da biblioteca convencional: em vez de comprar um objeto de uso esporádico, o usuário o retira, utiliza e devolve.

Para participar, geralmente é necessário realizar um cadastro e pagar uma pequena contribuição anual. Cada objeto recebe uma identificação, e os empréstimos são registrados em um sistema digital. Quando os itens retornam, funcionários verificam seu estado e providenciam eventuais reparos antes de disponibilizá-los novamente.

Uma avaliação de três projetos desse tipo constatou que os usuários economizaram recursos e reduziram a quantidade de objetos pouco utilizados em suas casas. Os resultados também indicaram, porém, que o êxito da iniciativa depende da variedade do acervo e da manutenção frequente dos equipamentos. Sem esses cuidados, o serviço perde a confiança dos participantes.

Apesar dos benefícios, a expansão das bibliotecas de coisas enfrenta dificuldades. O custo de conservação de determinados aparelhos é elevado, e alguns usuários não devolvem os itens no prazo. Ainda assim, novas unidades vêm sendo criadas, principalmente em bairros nos quais associações comunitárias participam da administração.

1. De acordo com as informações textuais, a utilização da expressão “bibliotecas de coisas” decorre

- a) da necessidade de os usuários consultarem manuais antes de retirarem os equipamentos.
- b) do fato de os objetos serem disponibilizados exclusivamente em bibliotecas públicas.

- c) da intenção de preservar utensílios antigos como parte da memória das comunidades.
- d) da semelhança entre o empréstimo temporário de objetos e o empréstimo convencional de livros.
- e) da restrição do acervo a objetos relacionados à leitura, à escrita e às atividades culturais.

2. As informações do 3º parágrafo têm a função de

- a) apresentar a formação dos responsáveis pela criação das bibliotecas de coisas.
- b) expor resultados que confirmam benefícios da iniciativa, sem ignorar condições necessárias ao seu funcionamento.
- c) contestar a ideia de que o compartilhamento de objetos possa reduzir o consumo das famílias.
- d) comprovar que todos os participantes deixaram de comprar objetos de uso esporádico.
- e) explicar as circunstâncias históricas em que surgiram os primeiros serviços dessa natureza.

3. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância verbal e nominal.

- a) A economia obtida pelos usuários e a redução de objetos ociosos foi observada nos projetos avaliados.
- b) Existe, nos serviços analisados, regras específicas para a retirada e a devolução dos equipamentos.
- c) Mais de um usuário relataram dificuldades para encontrar no acervo os objetos de que precisavam.
- d) A manutenção dos equipamentos e o controle dos empréstimos permanece sob a responsabilidade dos funcionários.
- e) Os objetos devolvidos passam por inspeção, e eventuais avarias são reparadas antes de novo empréstimo.

4. Devido _____ expansão do serviço, novas unidades passaram _____ atender outros bairros, oferecendo acesso _____ ferramentas de uso eventual e reduzindo a necessidade de recorrer _____ compra de novos produtos.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) à ... a ... às ... à
- b) a ... à ... as ... a
- c) à ... à ... às ... a
- d) a ... a ... as ... à
- e) à ... a ... as ... a

5. Considere as passagens:

- **Em várias cidades**, serviços conhecidos como “bibliotecas de coisas” permitem o empréstimo de objetos.
- O acervo pode reunir **furadeiras, barracas, máquinas de costura e utensílios de cozinha**.
- Helena Prado, **coordenadora de uma das unidades**, afirma que a manutenção é indispensável.

As vírgulas são empregadas nas três passagens com a função de separar, correta e respectivamente:

- a) vocativo; expressão corretiva; orações subordinadas.
- b) expressão adverbial; expressão exemplificativa; termo de valor restritivo.
- c) expressão adverbial; elementos de uma enumeração; aposto explicativo.
- d) expressão explicativa; elementos de uma enumeração; oração adjetiva restritiva.
- e) expressão adverbial; orações coordenadas; vocativo.

RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO

Eduardo Mocellin

6. Considere a seguinte afirmação:

Se a obra é vistoriada ou o contrato é aditado, então o processo é autuado e o conselheiro é notificado.

Uma afirmação que corresponde à negação lógica dessa afirmação é:

- a) Se a obra não é vistoriada e o contrato não é aditado, então o processo não é autuado ou o conselheiro não é notificado.
- b) A obra não é vistoriada e o contrato não é aditado, e o processo não é autuado e o conselheiro não é notificado.
- c) A obra é vistoriada ou o contrato é aditado, e o processo não é autuado ou o conselheiro não é notificado.
- d) Se o processo não é autuado ou o conselheiro não é notificado, então a obra não é vistoriada e o contrato não é aditado.
- e) Se a obra é vistoriada ou o contrato é aditado, então o processo não é autuado ou o conselheiro não é notificado.

7. Otávio, Paula, Renato e Sônia são agentes de fiscalização e têm 34, 39, 45 e 48 anos, não necessariamente nessa ordem. Cada um deles fiscaliza um único setor, sendo eles educação, saúde, transporte e saneamento, e atua em um município paulista distinto, sendo eles Bauru, Sorocaba, Ribeirão Preto e São José dos Campos, não necessariamente nas ordens apresentadas. Sabe-se que quem tem a maior idade fiscaliza o setor de saúde e não atua em Bauru e, tampouco, em Sorocaba; Paula é mais nova que Renato, atua em Bauru e não fiscaliza o setor de saneamento; o mais novo do grupo atua em Sorocaba e fiscaliza o setor de transporte; Sônia é mais velha que Paula e que Renato. Assinale a alternativa que apresenta uma associação correta entre essas pessoas, suas idades, os setores que fiscalizam ou os municípios em que atuam.

- a) Otávio tem 39 anos.
- b) Renato fiscaliza o setor de saneamento.
- c) Sônia atua em Bauru.
- d) Paula tem 45 anos.
- e) Renato atua em Sorocaba.

8. Considere verdadeiras as afirmações a seguir.

I. Todos os fiscais da equipe de vistoria são engenheiros.

II. Há engenheiro que também é perito.

A partir dessas afirmações, assinale a alternativa correta.

- a) Os peritos que não são engenheiros são fiscais da equipe de vistoria.
- b) Qualquer engenheiro é fiscal da equipe de vistoria.
- c) É possível que haja fiscal da equipe de vistoria que não seja engenheiro.
- d) Algum fiscal da equipe de vistoria é perito.
- e) Os fiscais da equipe de vistoria que são peritos são engenheiros.

9. Considere a sequência (12, 19, 16, 23, 20, 27, 24, 31, 28, 35, ...), em que os termos se sucedem mantendo um mesmo padrão lógico. A soma do 21º, do 22º e do 23º termo dessa sequência é igual a

- a) 167.
- b) 166.
- c) 170.
- d) 174.
- e) 178.

10. Considere verdadeiras as afirmações a seguir.

I. Se o processo é sobrestado, então a instrução é suspensa.

II. Se o relator pede vista, então o processo não é sobrestado.

III. Se o processo não é sobrestado, então o acórdão é publicado.

IV. O acórdão não é publicado.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que:

- a) O processo não é sobrestado e o relator pede vista.
- b) A instrução é suspensa e o relator pede vista.
- c) O relator pede vista ou o processo não é sobrestado.
- d) A instrução não é suspensa ou o relator não pede vista.
- e) A instrução é suspensa e o acórdão é publicado.

ÉTICA PÚBLICA*Fabiano Pereira*

11. Considerando as disposições do Código de Ética e Decoro dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assinale a alternativa **correta**.

- a) O interesse público, a preservação e a defesa do patrimônio público constituem recomendações de conduta, mas não estão expressamente previstos como princípios aplicáveis ao exercício do cargo ou da função.
- b) O servidor deve evitar assumir posição de intransigência perante a chefia ou os colegas de trabalho, ficando, em razão disso, impedido de representar contra atos irregulares praticados no ambiente funcional.
- c) A prudência no exercício da liberdade de expressão somente é exigida quando o servidor se identifica expressamente como integrante do TCESP em sua conta ou perfil pessoal.
- d) A utilização dos sistemas e dos canais de comunicação do TCESP para a propagação ou divulgação de conteúdos ilegais, imorais ou contrários aos princípios do Código é considerada conduta incompatível do servidor.
- e) A atribuição de tarefas excessivas ou inviáveis somente poderá caracterizar assédio moral quando for acompanhada do isolamento do servidor no ambiente de trabalho

12. Com fundamento no Código de Ética da Administração Pública Direta e Autárquica do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto Estadual nº 69.328/2025, assinale a alternativa **correta**.

- a) O Código tem por objetivo auxiliar os agentes públicos na adoção de comportamentos íntegros apenas no âmbito público, não alcançando atividades particulares que possam afetar a imagem institucional.
- b) A otimização dos recursos disponíveis, a preservação e a defesa do patrimônio público e a proteção socioambiental integram os princípios e valores fundamentais a serem observados no exercício da função pública.
- c) No regime de teletrabalho, o agente público deve atender mensagens, ligações e solicitações relacionadas às suas competências mesmo fora do horário de expediente.
- d) O agente público somente deverá informar à autoridade competente a existência de conflito de interesses depois que a incompatibilidade entre os interesses públicos e privados estiver definitivamente comprovada.
- e) O uso das mídias digitais não exige cautela quanto à imagem ou à credibilidade do órgão público, desde que a publicação realizada pelo agente não contenha material ilegal

13. À luz das disposições da Lei nº 12.813/2013, que disciplina o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, assinale a alternativa **correta**.

- a) O conflito de interesses somente estará configurado quando o confronto entre interesses públicos e privados provocar dano efetivo ao interesse coletivo ou influenciar comprovadamente o desempenho da função pública.
- b) Configura conflito de interesses praticar ato em benefício de pessoa jurídica da qual participe parente consanguíneo ou afim do agente público, em linha reta ou colateral, limitado o alcance da norma ao segundo grau de parentesco.
- c) Durante os seis meses posteriores ao desligamento do cargo ou emprego público, é absolutamente proibida a prestação de serviços a pessoa com quem o ex-agente tenha mantido relacionamento relevante, não sendo admitida autorização de qualquer autoridade.
- d) Compete à Comissão de Ética Pública e à Controladoria-Geral da União, conforme o caso, dispor, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre a comunicação de alterações patrimoniais relevantes, do exercício de atividade privada e do recebimento de propostas de trabalho, contrato ou negócio no setor privado.
- e) As unidades de recursos humanos que identificarem situação de potencial conflito de interesses deverão comunicá-la exclusivamente ao servidor, sendo dispensada a informação à Controladoria-Geral da União

mesmo ano, sem qualquer autorização da Comissão de Ética Pública ou da controladoria competente, aceitou cargo de administrador em sociedade empresária cuja atividade está diretamente relacionada à área de competência do órgão em que anteriormente atuava. Instaurada apuração a respeito, à luz da Lei nº 12.813/2013, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta é lícita, pois, transcorridos mais de 90 (noventa) dias da data da exoneração, cessa toda e qualquer restrição legal ao exercício de atividade privada pelo ex-agente público, ainda que relacionada à área de atuação anterior.
- b) A conduta configura conflito de interesses após o exercício do cargo, na medida em que o impedimento de aceitar cargo de administrador em pessoa jurídica que desempenhe atividade relacionada à área de competência do cargo anteriormente ocupado perdura por 6 (seis) meses, contados da exoneração, salvo autorização expressa, conforme o caso, da Comissão de Ética Pública ou da Controladoria-Geral da União, sendo prescindível a demonstração de efetivo prejuízo ao patrimônio público ou de vantagem auferida pelo agente.
- c) A conduta somente configuraria conflito de interesses se restasse comprovado prejuízo efetivo ao patrimônio público, uma vez que a lei condiciona a caracterização do conflito de interesses à existência de lesão ao erário.
- d) A conduta é atípica, pois o regime de impedimentos posteriores ao exercício do cargo previsto na Lei nº 12.813/2013 aplica-se exclusivamente aos ocupantes de cargo de Ministro de Estado, não alcançando os ocupantes de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores.
- e) A dispensa do período de impedimento, ainda que verificada a irrelevância do conflito de interesses, é ato de competência exclusiva da unidade de recursos humanos do órgão de origem do agente público, não cabendo à Comissão de Ética Pública ou à Controladoria-Geral da União qualquer manifestação sobre o tema.

LEGISLAÇÃO E INTEGRIDADE

Herbert Almeida

14. Um servidor que ocupava cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, nível 6, no âmbito do Poder Executivo federal, exonerou-se de suas funções em 10 de janeiro. Em 15 de maio do

15. No curso de processo de tomada de contas em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, apurou-se que o gestor responsável, embora tenha incorrido em impropriedade de natureza formal na execução da despesa, não deu causa a qualquer dano ao erário. À luz da Lei Complementar Estadual nº 709/93, assinale a alternativa correta quanto ao julgamento das referidas contas:

- a) Por não ter havido dano ao erário, as contas deverão ser consideradas iliquidáveis, com o consequente trancamento do processo e arquivamento, nos termos da lei.
- b) As contas deverão necessariamente ser julgadas irregulares, uma vez que qualquer impropriedade de natureza formal verificada na execução da despesa pública, ainda que não resulte dano ao erário, enquadra-se automaticamente nas hipóteses de irregularidade previstas em lei.
- c) As contas deverão ser julgadas regulares, com quitação plena ao responsável, já que a existência de impropriedade formal isolada, sem dano ao erário, é irrelevante para fins de classificação do mérito das contas.
- d) As contas deverão ser julgadas regulares com ressalva, hipótese em que o Tribunal de Contas dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.
- e) O Tribunal de Contas deverá necessariamente aplicar ao responsável a multa prevista na Lei Orgânica do Tribunal, tendo em vista que a ocorrência de qualquer impropriedade formal enseja, de forma automática, a sanção pecuniária.

16. Ao apurar a conduta de determinado gestor público municipal, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo constatou reiterado descumprimento, por parte do responsável, de diligências determinadas pelo Conselheiro Relator, sem causa justificada. Por maioria absoluta de seus membros, o Tribunal considerou grave a infração cometida. Considerando o regime sancionatório previsto na Lei Complementar Estadual nº 709/93, assinale a alternativa correta:

- a) Sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis por autoridades competentes, o responsável ficará inabilitado, por período de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública.
- b) O responsável ficará sujeito exclusivamente à multa de até cem por cento do valor atualizado do dano causado ao erário, sanção cabível sempre que se constate reincidência do gestor no descumprimento de determinações do Tribunal.
- c) O Tribunal Pleno poderá declarar o responsável inidôneo para contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, sanção cabível em qualquer hipótese de infração considerada grave pela maioria absoluta de seus membros.
- d) A aplicação da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança exige deliberação unânime dos Conselheiros do Tribunal Pleno, não sendo suficiente a maioria absoluta de seus membros.
- e) O Tribunal deverá necessariamente aplicar, de forma cumulada e automática, a multa de até duas mil vezes o valor da UFESP e a indisponibilidade dos bens do responsável, pelo prazo de até um ano.

17. Um servidor recém-empossado no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao estudar a estrutura organizacional do órgão e o ato normativo que disciplina a prestação de contas e a fiscalização dos jurisdicionados, formulou algumas anotações. Assinale a alternativa que indica uma anotação correta realizada pelo servidor:

- a) O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo organiza-se, atualmente, em Tribunal Pleno e em Câmaras (Primeira e Segunda), sendo os Conselheiros Substitutos-Auditores responsáveis por substituir os Conselheiros titulares em suas ausências, impedimentos, férias e demais afastamentos legais.
- b) Compõe a estrutura do Tribunal de Contas, ao lado do Tribunal Pleno e das Câmaras, um Órgão Especial, integrado pelo Corpo de Auditores do Tribunal, ao qual compete o julgamento de matérias de menor complexidade.
- c) Funciona junto ao Tribunal o Ministério Público de Contas, mas a Procuradoria da Fazenda do Estado não tem atuação funcional junto ao TCE, já que constitui órgão específico no âmbito do Poder Executivo.
- d) A Secretaria-Diretoria Geral é um órgão de Administração Superior do Tribunal.
- e) No conceito de Julgador Singular estão compreendidos os Conselheiros, excluindo-se os Conselheiros Substitutos-Auditores não convocados.

18. No curso de fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas da União em contrato administrativo celebrado por autarquia federal, foi constatada grave ilegalidade na execução do ajuste. Assinado prazo para a regularização, o órgão jurisdicionado permaneceu inerte. Diante dessa situação, à luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Tribunal de Contas da União poderá, tal como ocorre em relação aos demais atos administrativos, sustar diretamente a execução do contrato impugnado, comunicando a decisão ao órgão ou entidade interessada.
- b) Tratando-se de contrato, a sustação do ato impugnado compete privativamente ao Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis; caso o Congresso Nacional ou o Poder Executivo não efetivem tais medidas no prazo de 90 (noventa) dias, o próprio Tribunal de Contas da União decidirá a respeito.
- c) Compete ao Tribunal de Contas da União anular diretamente o contrato administrativo viciado, sem necessidade de comunicação prévia ao Congresso Nacional ou ao Poder Executivo.
- d) Compete ao Tribunal de Contas da União examinar previamente a validade dos contratos administrativos celebrados pelo Poder Público, como condição de eficácia do ajuste.
- e) Tratando-se de contrato celebrado por autarquia federal, a competência do Tribunal de Contas da União restringe-se à apreciação, mediante parecer prévio, das contas anuais prestadas pelo dirigente da autarquia, não alcançando a fiscalização de atos e contratos isolados.

19. A respeito da natureza jurídico-constitucional dos Tribunais de Contas e do controle externo exercido pelas Câmaras Municipais, à luz do texto constitucional vigente, assinale a alternativa correta:

- a) É facultado aos Estados, mediante lei complementar estadual, criar novos Tribunais ou Conselhos de Contas Municipais, desde que respeitada a iniciativa do respectivo Tribunal de Contas do Estado.
- b) Os Tribunais de Contas são instituições permanentes, essenciais ao exercício da função jurisdicional do Estado, sendo vedada a sua criação ou extinção.
- c) A vedação constitucional à extinção de Tribunal de Contas aplica-se exclusivamente aos Tribunais de Contas dos Estados, não alcançando os Tribunais de Contas dos Municípios já existentes, os quais permanecem sujeitos à livre disposição do constituinte estadual.
- d) Os Tribunais de Contas são instituições permanentes, essenciais ao exercício do controle externo, sendo vedada a extinção dos existentes, bem como a criação ou instalação de novos.
- e) O controle externo da Câmara Municipal será exercido, em qualquer hipótese, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ainda que exista, na respectiva localidade, Conselho ou Tribunal de Contas do Município.

20. Um funcionário público estadual foi acusado de adquirir materiais em desacordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, causando prejuízo aos cofres públicos, e foi demitido com fundamento nesse mesmo fato, à vista de suposta prática de crime contra a Administração Pública. Posteriormente, sobreveio decisão criminal transitada em julgado que negou a existência da autoria do fato imputado ao funcionário. Considerando o regime de deveres, proibições e responsabilidades estabelecido pela Lei nº 10.261/1968, assinale a alternativa correta:

- a) A pena de demissão por ineficiência no serviço poderá ser aplicada independentemente da verificação da possibilidade de readaptação do funcionário a outras atribuições compatíveis com sua condição.
- b) O pagamento da indenização pelos danos causados afastaria a penalidade disciplinar do servidor.
- c) A responsabilização do funcionário pelo prejuízo causado à Fazenda Estadual pressupõe a comprovação de dolo, sendo incompatível com a legislação a responsabilização baseada em mera culpa.
- d) O desconto da importância devida a título de indenização poderá incidir sobre o vencimento ou remuneração do funcionário, sem limitação de percentual, quando não for o caso de reposição em parcela única.
- e) Comprovado o trânsito em julgado da decisão que negou a existência da autoria do fato que deu origem à demissão, o funcionário deverá ser reintegrado ao cargo que ocupava, com todos os direitos e vantagens devidos.

COMPONENTE ESPECÍFICO**CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***Gilmar Possati*

21. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, que trata da elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, assinale a alternativa correta.

- a) A tempestividade consiste na capacidade de a informação fazer diferença na avaliação da situação patrimonial e do desempenho da entidade, auxiliando os usuários no cumprimento dos objetivos de prestação de contas.
- b) A materialidade é característica qualitativa autônoma, com limites quantitativos uniformes fixados pela norma para todas as entidades do setor público.
- c) A verificabilidade assegura que diferentes observadores, com bom conhecimento e independentes entre si, possam chegar a um consenso geral, ainda que não pleno, de que a informação representa fielmente o fenômeno que se propõe representar.
- d) A comparabilidade confunde-se com a uniformidade e exige que itens diferentes sejam apresentados de forma idêntica ao longo dos exercícios.
- e) A compreensibilidade autoriza a exclusão, dos relatórios contábeis de propósito geral, da informação sobre fenômenos complexos, de difícil entendimento para determinados usuários.

22. No encerramento do exercício financeiro de 2026, determinado órgão da administração direta do Município Audazes dos Pampas apresentava, quanto à aquisição de material de consumo, os seguintes valores: R\$ 300.000 empenhados, liquidados e pagos; R\$ 120.000 empenhados e liquidados, ainda sem pagamento; e R\$ 80.000 empenhados, cujo material não havia sido

entregue até 31 de dezembro. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, os valores inscritos em restos a pagar processados e não processados foram, respectivamente, em reais:

- a) 80.000 e 120.000.
- b) 120.000 e 80.000.
- c) 200.000 e zero.
- d) 420.000 e 80.000.
- e) zero e 200.000.

23. A respeito do reconhecimento e da mensuração das receitas pelas entidades do setor público, nos termos das NBC TSP 01 e NBC TSP 02, assinale a alternativa correta.

- a) Os tributos configuram receitas de transações com contraprestação, pois o contribuinte recebe do Estado, diretamente e em valor aproximadamente igual, serviços públicos em troca do pagamento.
- b) Os ativos recebidos em transações sem contraprestação devem ser mensurados, no reconhecimento inicial, pelo valor contábil constante dos registros do doador.
- c) A restrição imposta pelo doador quanto à finalidade de uso do ativo transferido impede o reconhecimento da receita até o cumprimento integral da destinação pactuada.
- d) A transferência recebida com condição obriga a entidade beneficiária a reconhecer inicialmente um passivo, reduzido à medida que a condição vai sendo satisfeita, com o correspondente reconhecimento da receita.
- e) A receita orçamentária de tributos é reconhecida pelo regime de competência, de modo que sua realização coincide com o momento da ocorrência do fato gerador.

24. Nos termos da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a alternativa correta.

- a) O passivo contingente deve ser reconhecido no balanço patrimonial sempre que a probabilidade de saída de recursos for classificada como possível.
- b) O ativo contingente deve ser reconhecido no ativo quando a entrada de benefícios econômicos ou de potencial de serviços for provável.
- c) A entidade deve constituir provisão para perdas operacionais futuras esperadas, com base na programação aprovada para o exercício seguinte.
- d) Havendo faixa contínua de desfechos possíveis, com a mesma probabilidade para cada ponto da faixa, a provisão deve ser mensurada pelo valor máximo dessa faixa.
- e) A provisão é passivo de prazo ou de valor incertos, reconhecida quando houver obrigação presente decorrente de evento passado, for provável a saída de recursos e o valor puder ser estimado com confiabilidade.

25. Em 1º de abril de 2026, o Município Audazes dos Pampas adquiriu um veículo pelo preço de R\$ 240.000 e incorreu, ainda, em R\$ 10.000 de frete e seguro de transporte até o local de utilização e em R\$ 6.000 de licenciamento e seguro obrigatório referentes ao primeiro ano de uso. A vida útil estimada é de 10 anos e o valor residual, de R\$ 50.000, adotado o método das quotas constantes, com depreciação iniciada no mês da aquisição. Nos termos da NBC TSP 07, o valor da depreciação a ser reconhecido no exercício de 2026 é, em reais:

- a) 14.250.
- b) 15.000.
- c) 15.450.
- d) 18.750.
- e) 20.000.

26. O Município Audazes dos Pampas apresentou, no exercício financeiro de 2026, os seguintes dados de execução orçamentária: receita prevista atualizada de R\$ 50.000.000; receita realizada de R\$ 53.500.000; dotação atualizada de R\$ 52.000.000; despesa empenhada de R\$ 49.800.000; despesa liquidada de R\$ 47.000.000; e despesa paga de R\$ 45.000.000. Com base no MCASP, o resultado orçamentário evidenciado no Balanço Orçamentário do exercício foi de superávit, em reais, de

- a) 2.200.000.
- b) 3.500.000.
- c) 3.700.000.
- d) 6.500.000.
- e) 8.500.000.

27. A respeito da estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e das naturezas de informação nele contempladas, assinale a alternativa correta.

- a) As classes 7 e 8 registram, entre outros controles, os atos potenciais e a disponibilidade por destinação de recursos, compondo a natureza de informação de controle.
- b) As classes 5 e 6 registram, respectivamente, os controles da execução e os controles da aprovação do planejamento e do orçamento.
- c) A liquidação da despesa é registrada exclusivamente na natureza de informação orçamentária, sem qualquer repercussão nas classes patrimoniais.
- d) A conta de depreciação acumulada integra a classe 3, por representar variação patrimonial diminutiva apurada no exercício.
- e) Os registros efetuados nas contas das classes 7 e 8 dispensam o método das partidas dobradas, por não representarem elementos patrimoniais.

ORÇAMENTO PÚBLICO*Gabriela Zavadinack*

28. O Estado moderno, ao intervir na economia, desempenha funções que a doutrina de finanças públicas, a partir da clássica formulação de Richard Musgrave, costuma classificar em três grandes grupos. Sobre essas funções governamentais, assinale a alternativa correta.

- a) A função alocativa relaciona-se exclusivamente à cobrança de tributos progressivos, tendo por finalidade única reduzir as desigualdades de renda entre os cidadãos.
- b) A função distributiva tem por objetivo corrigir falhas de mercado relacionadas à oferta de bens públicos, cabendo ao Estado suprir, por meio do orçamento, bens que o mercado não forneceria eficientemente em razão da não rivalidade e da não exclusividade no consumo.
- c) A função estabilizadora busca, por meio de instrumentos de política fiscal e monetária, atuar sobre o nível de emprego, a estabilidade de preços e o equilíbrio do balanço de pagamentos, atenuando os efeitos dos ciclos econômicos.
- d) As três funções (alocativa, distributiva e estabilizadora) são estanques e não guardam qualquer relação de complementaridade entre si, de modo que a atuação do Estado em uma delas necessariamente compromete o desempenho das demais.
- e) A função alocativa é exercida exclusivamente por meio de políticas de transferência de renda, tais como programas assistenciais, ao passo que a função distributiva se realiza pela oferta direta de bens e serviços públicos.

29. Sobre as falhas de mercado e a produção de bens públicos, é correto afirmar:

- a) Bem público puro é aquele caracterizado pela rivalidade no consumo e pela possibilidade de exclusão de não pagantes, o que justifica sua provisão pelo mercado.
- b) Externalidades negativas, como a poluição gerada por uma indústria, representam uma falha de mercado na medida em que o custo social da atividade não é integralmente internalizado pelo agente que a produz, justificando a intervenção estatal por meio de tributação ou regulação.
- c) O problema do "carona" (*free rider*) somente ocorre em bens semipúblicos, jamais nos bens públicos puros, uma vez que estes, por definição, são sempre ofertados de forma eficiente pelo setor privado.
- d) Monopólios naturais decorrem da atuação estatal na economia, não configurando falha de mercado, razão pela qual sua regulação pelo Poder Público é dispensável.
- e) A assimetria de informação é irrelevante para a justificativa da intervenção estatal na economia, tratando-se de fenômeno estritamente jurídico, sem repercussão econômica.

30. A técnica orçamentária evoluiu ao longo do tempo, sendo possível identificar diferentes modelos de orçamento público. A respeito desses modelos, assinale a alternativa correta.

- a) O orçamento clássico (tradicional) tem como principal característica a ênfase nos objetivos e programas de governo, estruturando a despesa por função, subfunção e programa, em detrimento da simples discriminação dos objetos de gasto.
- b) O orçamento-programa caracteriza-se por vincular a alocação de recursos ao planejamento governamental, estruturando a despesa em função de programas, objetivos e metas a serem alcançados, articulando-se com o planejamento de médio prazo.
- c) O orçamento base zero (OBZ) pressupõe que as dotações do exercício anterior sejam automaticamente incorporadas ao orçamento seguinte, cabendo ao órgão justificar os acréscimos pretendidos.
- d) O orçamento de desempenho (*performance budgeting*) despreza a mensuração de resultados e produtos, concentrando-se exclusivamente na discriminação dos insumos (elementos de despesa) a serem adquiridos.
- e) O orçamento participativo é uma modalidade prevista expressamente na Lei nº 4.320/1964 como etapa obrigatória do ciclo orçamentário em todos os entes federativos.

31. Quanto aos instrumentos de planejamento orçamentário previstos no art. 165 da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) O plano plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada, com vigência que abrange o segundo ano do mandato do Chefe do Executivo até o final do primeiro ano do mandato subsequente.
- b) A lei de diretrizes orçamentárias tem por finalidade fixar, item a item, o montante e a destinação dos recursos a serem despendidos pela Administração Pública no exercício financeiro subsequente, substituindo a lei orçamentária anual.
- c) A lei orçamentária anual compreende apenas o orçamento fiscal, sendo os orçamentos de investimento das estatais e o orçamento da seguridade social objeto de leis autônomas e independentes.
- d) A lei de diretrizes orçamentárias não guarda relação de compatibilidade obrigatória com o plano plurianual, podendo dele se afastar na fixação das metas e prioridades da administração para o exercício seguinte.
- e) Compete à lei orçamentária anual autorizar, independentemente de lei específica, a criação de cargos públicos e a concessão de vantagens a servidores.

32. Os créditos adicionais, disciplinados pela Lei nº 4.320/1964, constituem mecanismo de flexibilização do orçamento público. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

- a) Os créditos adicionais, por constituírem simples remanejamento interno de dotações, dispensam, em qualquer caso, a demonstração da origem dos recursos que os custeiam.
- b) Os créditos especiais destinam-se ao reforço de dotação orçamentária já existente, ao passo que os créditos suplementares destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- c) Os créditos extraordinários, assim como os créditos suplementares, têm vigência que se estende automaticamente ao exercício seguinte, por força de expressa disposição constitucional.
- d) A abertura de crédito suplementar ou especial depende, em qualquer hipótese, da existência de recursos disponíveis, sendo vedada sua vinculação ao superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
- e) Os créditos suplementares e os créditos especiais dependem de autorização legislativa e de indicação dos recursos correspondentes, ao passo que os créditos extraordinários podem ser abertos por decreto do Poder Executivo, com posterior submissão ao Poder Legislativo.

33. Acerca do sistema de controle externo previsto na Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) A fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas restringe-se aos aspectos de legalidade dos atos administrativos, não abrangendo o exame de economicidade, eficiência ou legitimidade da despesa pública.
- b) O sistema de controle interno, de que trata o art. 74 da Constituição Federal, substitui o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas, sendo incompatível a coexistência de ambos.
- c) As contas do Chefe do Poder Executivo serão julgadas pelo respectivo Tribunal de Contas,

cabendo ao Poder Legislativo apenas homologar o parecer técnico exarado.

- d) O controle externo, a cargo do Poder Legislativo, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete, entre outras atribuições, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, bem como apreciar as contas anuais prestadas pelo Chefe do Poder Executivo mediante parecer prévio.
- e) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União será exercida exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União, não cabendo ao Congresso Nacional qualquer competência de controle externo.

34. Sobre os limites de despesa com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a alternativa correta.

- a) O limite global de despesa total com pessoal dos Estados corresponde a 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida, cabendo ao Poder Executivo estadual, isoladamente, 49% desse percentual.
- b) Ultrapassado o limite máximo de despesa com pessoal, o percentual excedente deverá ser eliminado em um quadrimestre, não se admitindo o parcelamento do ajuste em mais de um período de apuração.
- c) Ultrapassado o limite prudencial para o respectivo Poder ou órgão, ficam vedadas, entre outras medidas, a concessão de vantagem, aumento ou reajuste de remuneração e a criação de cargo, emprego ou função, ressalvadas as exceções legais.
- d) A Lei de Responsabilidade Fiscal veda, em qualquer hipótese e independentemente do nível da despesa com pessoal do ente, a contratação de horas extras pelos Poderes e órgãos.
- e) O câmputo da despesa total com pessoal exclui os gastos com terceirização de mão de obra que substitua servidores ou empregados públicos.

35. No que concerne às transferências voluntárias e aos limites de endividamento disciplinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:

- a) Transferência voluntária, para os fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, ainda que decorrente de determinação constitucional ou legal.
- b) É vedada a realização de transferência voluntária para ente da Federação que não comprove estar em dia quanto ao pagamento de tributos e empréstimos devidos ao ente transferidor.
- c) Os limites da dívida consolidada dos entes da Federação são fixados por decreto do Presidente da República.
- d) Ultrapassado o limite da dívida consolidada, o ente dispõe de prazo indeterminado para sua recondução ao limite.
- e) A realização de transferências voluntárias independe da existência de dotação orçamentária específica, bastando a mera disponibilidade de caixa do ente transferidor.

CONTABILIDADE GERAL

Júlio Cardozo

36. Considere a seguinte relação de contas extraída de um balancete de verificação:

Conta	Valor (R\$)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	150.000
Caixa	40.000
Clientes	120.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.000
Estoques de mercadorias	300.000
Despesas antecipadas de aluguel	30.000
Máquinas e equipamentos	500.000
Depreciação acumulada	50.000
Participações permanentes em outras empresas	200.000
Empréstimos concedidos a coligadas para resgate em 30 dias (CP)	180.000
Despesas administrativas	25.000
Fornecedores	60.000
Custo das mercadorias vendidas	90.000

Considere ainda que as contas relacionadas ao negócio principal da empresa são de curto prazo.

Com base nessas informações, os ativos circulante e não circulante totalizam, respectivamente:

- a) R\$ 630.000 e R\$ 830.000.
- b) R\$ 650.000 e R\$ 830.000.
- c) R\$ 640.000 e R\$ 850.000.
- d) R\$ 810.000 e R\$ 650.000.
- e) R\$ 640.000 e R\$ 830.000.

37. A empresa Guaratinguetá Comércio Ltda., sediada no Estado do São Paulo, adquiriu à vista mercadorias para revenda no valor de R\$ 320.000,00 (valor líquido de tributos), obtendo um desconto comercial de R\$ 16.000,00 em função do volume da compra.

Além disso, incorreu nos seguintes gastos, pagos separadamente:

- Imposto de importação no valor de R\$ 18.000,00.
- Gasto com transporte das mercadorias até o estabelecimento no valor de R\$ 10.000,00.
- Gastos com seguros no transporte das mercadorias no valor de R\$ 4.000,00.
- IPI não recuperável no valor de R\$ 7.000,00.
- ICMS recuperável no valor de R\$ 12.000,00.

De acordo com o CPC 16 – Estoques, o valor atribuído ao estoque das mercadorias adquiridas pela empresa Santarém Comércio Ltda. foi, em reais,

- a) R\$ 343.000,00
- b) R\$ 355.000,00
- c) R\$ 331.000,00
- d) R\$ 347.000,00
- e) R\$ 359.000,00

38. O contador da companhia Taubaté S/A iniciou o processo de revisão do ativo imobilizado da empresa para determinar o valor contábil de seus bens. Para isso, iniciou o cálculo da depreciação da máquina Alfa, que apresentava as seguintes informações:

- Adquirida em 01/04/2022 pelo valor de R\$ 120.000,00.
- Disponível para uso em 30/06/2022.
- Vida útil estimada em 10 anos.
- Valor residual estimado em R\$ 12.000,00.

Com base nessas informações, o valor contábil da máquina em 31/12/2022 é:

- a) R\$ 112.800,00
- b) R\$ 113.700,00

- c) R\$ 111.000,00
- d) R\$ 108.000,00
- e) R\$ 114.600,00

39. Considere as informações extraídas da contabilidade da empresa Guarulhos Comercial Ltda., referentes ao exercício de 2026:

Conta	Valor (R\$)
Vendas Brutas de Mercadorias	180.000
Devoluções de vendas	5.400
Abatimentos sobre vendas	3.600
Impostos sobre vendas – 20%	36.000
Comissão de vendas – 5% sobre vendas brutas	9.000
Frete sobre vendas	4.500
Estoque inicial de mercadorias	70.000
Compras líquidas	90.000
Estoque final de mercadorias	60.000
Despesas administrativas	20.000
Descontos financeiros concedidos	2.000

O lucro bruto apurado no período foi, em reais, de:

- a) 35.000
- b) 76.000
- c) 81.400
- d) 94.000
- e) 49.500

40. De acordo com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, os elementos das demonstrações contábeis relacionados à posição financeira da entidade são ativos, passivos e patrimônio líquido.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de patrimônio líquido, conforme o CPC 00 (R2).

- a) Um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.
- b) Uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.
- c) A participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.
- d) O conjunto de receitas obtidas pela entidade em determinado período.
- e) O valor total das contribuições feitas pelos proprietários da entidade.

- b) 2.160.000,00
- c) 2.020.000,00
- d) 1.960.000,00
- e) 1.920.000,00

42. Uma empresa produz e vende determinada marca de cerveja e apresenta os seguintes dados:

Vendas: 220.000 unidades.

Preço de venda: R\$ 5,00 por unidade.

Custo variável: R\$ 160.000,00

Despesas variáveis: R\$ 300.000,00

Custo fixo: R\$ 130.000,00

Qual é a margem de contribuição total da empresa, em Reais?

- a) 280.000,00
- b) 350.000,00
- c) 400.000,00
- d) 470.000,00
- e) 620.000,00

CONTABILIDADE GERENCIAL

Silvio Sande

41. São dadas as seguintes informações, relativas à escrituração da Cia. Industrial SAMPA, no exercício de 2025 (em R\$):

Estoque inicial de produtos em elaboração ... 200.000,00

Mão-de-Obra direta 540.000,00

Despesas financeiras na aquisição de material direto..... 140.000,00

Estoque final de produtos acabados..... 300.000,00

Custos Indiretos de fabricação 960.000,00

Estoque final de produtos em elaboração...240.000,00

Material Direto consumido na produção.. 460.000,00
Despesa com fretes de venda ...www..... 80.000,00

Estoque inicial de produtos acabados 400.000,00

O custo dos produtos acabados pela companhia no exercício de 2025 correspondeu, em R\$, a

- a) 2.240.000,00

Instruções: Para responder às questões de números 43 e 44, considere as informações a seguir:

Determinada empresa tem capacidade para produzir 6.000 unidades de seu único produto por mês. Sabe-se que este produto possui preço de venda bruto de R\$ 600,00 por unidade, a empresa adota o custeio por absorção e os custos e despesas incorridos para produzir e vender este produto são:

Custos fixos: R\$ 168.000,00/mês

Custos variáveis: R\$ 42,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 42.000,00/mês

Comissões sobre venda: 3% do preço de venda bruto

Impostos sobre venda: 20% do preço de venda bruto

43. O ponto de equilíbrio contábil da empresa, em unidades, é

- a) 500.
- b) 1200.
- c) 1.500.
- d) 1.680.
- e) 2.100.

44. Se a empresa deseja obter um lucro de R\$ 315.000,00 e adota o método de custeio por absorção, o ponto de equilíbrio econômico é, em unidades,

- a) 1050.
- b) 1250.
- c) 1.500.
- d) 1.680.
- e) 2.100.

45. Considere os seguintes dados da empresa Altamira S/A:

- Quantidade vendida = 258 u.
- Custos e despesas variáveis = R\$ 350,00/u.
- Custos e despesas fixos = R\$ 56.000,00/mês.
- Preço de venda = R\$ 600,00/u.

A margem de segurança operacional, em unidades, é de:

- a) 34 unidades.
- b) 38 unidades.
- c) 224 unidades.
- d) 258 unidades.
- e) 318 unidades.

LEGISLAÇÃO

Herbert Almeida

46. Determinada autarquia do Estado de São Paulo instaurou processo licitatório para a contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, bem como para a execução de obra de grande vulto destinada à ampliação de sua infraestrutura física. Considerando as regras estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 acerca da duração dos contratos, das garantias e da responsabilidade pelos encargos, assinale a alternativa correta:

- a) Nos contratos de prestação de serviços contínuos, a duração inicial do contrato poderá ser de até 10 (dez) anos, sendo vedada qualquer prorrogação posterior por igual período.
- b) A Administração Pública responderá subsidiariamente pelos encargos previdenciários e solidariamente pelos encargos trabalhistas na hipótese de inadimplemento do contratado em serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, mesmo na ausência de falha na fiscalização.
- c) Em regra, o contratado tem o direito de escolher a modalidade de garantia dentre as legalmente previstas, mas a Administração Pública pode exigir a prestação sob a forma de seguro-garantia nas obras e serviços de engenharia de grande vulto, cujo limite poderá ser de até 30% do valor do contrato.
- d) A vedação legal de fixação de prazo de vigência indeterminado aplica-se de forma genérica e absoluta a todas as modalidades contratuais regidas pela Lei nº 14.133/2021, sem ressalva de qualquer hipótese.
- e) A inadimplência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais pelo contratado transfere automaticamente para a Administração Pública a responsabilidade direta pelo seu pagamento, onerando de imediato o objeto do contrato.

47. No tocante às alterações dos contratos administrativos, à manutenção da equação econômico-financeira e à aplicação da teoria da imprevisão regidas pela Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) O reajustamento em sentido estrito visa à recomposição da variação dos custos decorrentes da mão de obra por meio de convenção ou dissídio coletivo, devendo ser formalizado por meio de termo aditivo.
- b) A alteração de alíquota de tributo sobre o objeto do contrato, que comprovadamente cause repercussão sobre os preços contratados, por constituir determinação estatal geral com reflexo indireto na relação contratual, enquadra-se como fato do príncipe, ensejando a revisão do contrato para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.
- c) O atraso injustificado da Administração na liberação das áreas necessárias à execução de uma obra pública caracteriza fato do príncipe, uma vez que decorre do exercício do poder de império estatal exercido de forma genérica.
- d) A repactuação e o reajustamento em sentido estrito constituem formas extraordinárias de alteração contratual que dependem obrigatoriamente da celebração de termo aditivo.
- e) A constatação, no curso da execução de uma obra, de que o solo do terreno possui formação rochosa imprevista e desconhecida, diferentemente do apontado no estudo preliminar de terreno arenoso, conceitua-se formalmente como fato da administração.

48. De acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a respeito da Lei nº 14.133/2021 e da repartição de competências constitucionais em matéria de licitações e contratos, assinale a alternativa correta:

- a) É inconstitucional a lei estadual que estabelece a exigência de documento não previsto na legislação nacional — como a certidão de violação aos direitos do consumidor — no rol de requisitos de habilitação em licitações locais, por invadir a competência privativa da União para editar normas gerais.
- b) A vedação legal à recontratação de empresa por dispensa de licitação em situação de emergência ou calamidade pública estende-se de forma absoluta, impedindo a empresa de participar de eventual certame licitatório promovido para a substituição do ajuste emergencial.
- c) O servidor público em gozo de licença para tratar de interesses particulares perde temporariamente a sua qualificação funcional para fins licitatórios, de modo que a empresa da qual seja administrador pode licitar e contratar regularmente com o órgão ao qual ele pertence.
- d) A proibição de recontratação direta fundada em dispensa de licitação emergencial impede que a mesma empresa seja contratada diretamente pelo Poder Público mesmo diante do surgimento de uma nova e independente situação de emergência ou calamidade pública.
- e) A competência legislativa dos Estados para tratar de licitações e contratos autoriza a ampliação geral e genérica das vedações ao direito de concorrer, sem a necessidade de demonstração de peculiaridade ou interesse regional específico.

49. De acordo com as disposições literais da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) a respeito das bases legais e dos requisitos para o tratamento de dados pessoais, assinale a alternativa correta:

- a) O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado mediante o fornecimento de consentimento pelo titular, sendo que este manifestará a sua concordância por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular.
- b) O tratamento de dados pessoais sensíveis é terminantemente vedado no âmbito da Administração Pública, mesmo que a finalidade seja a estrita execução de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos.
- c) A dispensa da exigência do consentimento para o tratamento de dados pessoais desobriga a Administração Pública de observar os demais princípios e fundamentos previstos na LGPD, como a boa-fé e a finalidade.
- d) O controlador que obteve o consentimento do titular para o tratamento de dados fica autorizado a compartilhar essas informações com outros controladores de forma automática e irrestrita, independentemente de nova autorização.
- e) O consentimento fornecido pelo titular para o tratamento de dados pessoais é definitivo, irrevogável e irretratável, não sendo admitida a sua revogação posterior sob nenhum pretexto.

50. Relativamente às regras específicas sobre o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público e à definição dos agentes de tratamento estabelecidas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta:

- a) O encarregado é a pessoa jurídica de direito privado que, em nome do Poder Público, realiza o tratamento efetivo e a operação material dos dados armazenados no banco de dados governamental.
- b) As pessoas jurídicas de direito público referidas na Lei de Acesso à Informação deverão realizar o tratamento de dados pessoais para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.
- c) A LGPD veda em termos absolutos a indicação de autoridade ou de servidor público da própria estrutura administrativa para exercer a função de encarregado pelo tratamento de dados pessoais.
- d) O operador é o agente de tratamento que detém a competência exclusiva de tomar as decisões primárias e estruturais referentes ao tratamento de dados pessoais no órgão público.
- e) É dispensada a necessidade de indicação do encarregado no âmbito das pessoas jurídicas de direito público, cuja função de comunicação com os titulares fica absorvida pela ouvidoria geral.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

51. Considerando a legislação aplicável aos atos de improbidade administrativa e a correspondente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), marque a afirmativa correta.

- a) As punições da Lei de Improbidade são aplicáveis aos agentes públicos, sejam celetistas, estatutários ou eletivos, apenas.
- b) Após o decurso do prazo de oito anos, não haverá qualquer pretensão do poder público quanto à prática de ato de improbidade causador de dano ao erário.
- c) Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica por atos de improbidade na hipótese de fusão ou de cisão societária.
- d) O Ministério Público possui competência para ajuizar a ação judicial por improbidade em caráter de exclusividade.
- e) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Juízo competente, para as providências necessárias

52. Assinale a alternativa correta.

- a) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida, única e exclusivamente, quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- b) Assim como ocorre na nomeação de dirigentes de autarquias, não cabe ao Poder Legislativo aprovar previamente o nome dos dirigentes das estatais como condição para que o chefe do Executivo possa nomeá-los.
- c) As fundações públicas de direito público, ao contrário das de direito privado, devem, como regra, realizar licitação para efetuar suas contratações.
- d) Os bens das fundações públicas de direito público possuem natureza de bens públicos.

e) Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação e nos demais atos de gestão econômica promovidos por sociedade de economia mista.

53. Assinale a alternativa que apresenta, de acordo com a Lei 9.637/1998, característica da Organização Social:

- a) ser parte da Administração Pública, em sentidos objetivo e subjetivo.
- b) tratar-se de entidade privada, com atuação de natureza econômica e não lucrativa.
- c) proibição de aceitação de novos associados, no caso de associação civil.
- d) comprovação de funcionamento há pelo menos 3 anos.
- e) participação obrigatória de representante do poder público no Conselho de Administração da entidade

54. No curso da execução de contrato administrativo de obra pública, regido pela Lei nº 14.133/2021, a Administração determinou, unilateralmente, acréscimo quantitativo correspondente a 30% do valor inicial atualizado do contrato, tendo o contratado se recusado a aceitá-lo. Nessa situação, é correto afirmar que a recusa do contratado é:

- a) legítima, pois, em obras, o contratado somente é obrigado a aceitar acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- b) ilegítima, pois, em obras, o limite dos acréscimos unilaterais é de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
- c) ilegítima, pois os acréscimos unilaterais determinados pela Administração não se sujeitam a limites quantitativos.
- d) legítima, pois toda alteração contratual depende de prévio acordo entre as partes.
- e) legítima, pois o limite de 50% previsto em lei aplica-se exclusivamente às supressões

55. Determinado estado brasileiro pretende contratar o fornecimento de aplicativo informatizado inovador para a gestão da segurança pública. Após estudos técnicos preliminares, a Administração constatou que não possui capacidade técnica para definir a solução tecnológica mais adequada, existindo no mercado diferentes metodologias proprietárias. Diante da necessidade de definir a solução com o mercado antes de selecionar a proposta, a modalidade de licitação aplicável é o:

- a) Pregão, visto que softwares são considerados bens comuns cuja especificação é usual no mercado.
- b) Concurso, por se tratar da escolha de trabalho técnico ou científico para o desenvolvimento de tecnologia inovadora.
- c) Leilão, visando à alienação de licença de uso de software inservível para a Administração Municipal.
- d) Credenciamento, visto que o mercado de tecnologia caracteriza-se como fluido.
- e) Diálogo Competitivo, focado na solução de problemas ligados à definição do que contratar quando a Administração não sabe a melhor forma de atender suas necessidades.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

56. Em março de determinado ano, foi publicada uma lei tributária interpretando determinadas previsões dúbias utilizadas em legislação anterior, sem criar nova hipótese de incidência nem ampliar o alcance material do tributo.

De acordo com o Código Tributário Nacional, essa nova lei:

- a) somente poderá ser aplicada aos fatos geradores ocorridos após sua publicação.

- b) poderá ser aplicada a fatos anteriores, por ser expressamente interpretativa, desde que não resulte na aplicação de penalidade ao contribuinte.
- c) poderá retroagir apenas se reduzir a alíquota ou a base de cálculo do tributo.
- d) não poderá alcançar fatos anteriores, ainda que não tenha criado nova obrigação tributária.
- e) poderá retroagir mesmo que, sob o pretexto de interpretar a norma anterior, crie nova hipótese de incidência tributária.

57. Uma sociedade empresária deixou de informar determinada operação tributável e, antes de qualquer procedimento fiscal relacionado à infração, retificou suas declarações e recolheu integralmente o tributo devido, acrescido dos juros de mora.

Com base no art. 138 do CTN e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) A denúncia espontânea exclui apenas as multas punitivas, permanecendo obrigatória a multa moratória.
- b) O benefício também seria reconhecido se a empresa apenas solicitasse o parcelamento do débito.
- c) A denúncia espontânea afastaria as multas e os juros de mora.
- d) Caso o tributo tivesse sido regularmente declarado no prazo, mas pago posteriormente, o benefício seria aplicável.
- e) A regularização poderá caracterizar denúncia espontânea, pois ocorreu antes de procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados à infração e foi acompanhada do pagamento do tributo e dos juros.

58. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional acerca das obrigações tributárias principal e acessória, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A obrigação tributária principal nasce com a ocorrência do respectivo fato gerador, possui natureza pecuniária e extingue-se com o crédito tributário dela resultante.
- b) A obrigação acessória pode ter por objeto o recolhimento de juros de mora e de penalidades pecuniárias, enquanto a obrigação principal se restringe ao pagamento do tributo.
- c) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e consiste em prestações de fazer ou de não fazer estabelecidas no interesse da arrecadação ou da fiscalização tributária.
- d) O fato gerador da obrigação principal corresponde à situação que a lei define como necessária e suficiente para o nascimento dessa obrigação.
- e) O fato gerador da obrigação acessória é a situação que, conforme a legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não constitua obrigação principal.

59. Conforme o art. 111 do Código Tributário Nacional, deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre determinadas matérias.

Assinale a alternativa que **não** apresenta uma dessas matérias:

- a) Concessão de moratória.
- b) Concessão de anistia.
- c) Dispensa do cumprimento de obrigação tributária acessória.
- d) Concessão de parcelamento.
- e) Concessão de remissão.

60. De acordo com a Constituição Federal, compete ao Comitê Gestor do IBS:

- I. editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto;
- II. arrecadar o IBS, efetuar compensações e distribuir o produto da arrecadação entre os entes federativos titulares da receita;
- III. decidir o contencioso administrativo relativo ao imposto.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

DIREITO FINANCEIRO*Gabriela Zavadinack*

61. Sobre os fundos especiais disciplinados pela Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar:

- a) Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação, observadas as disposições gerais dessa lei.
- b) A criação de fundo especial dispensa autorização legislativa, podendo ser instituído por ato administrativo do Poder Executivo.
- c) Os saldos financeiros dos fundos especiais, apurados em balanço, reverterem obrigatoriamente ao Tesouro ao término de cada exercício, sendo vedada sua reinscrição no fundo no exercício seguinte.
- d) A aplicação das receitas dos fundos especiais está sujeita apenas a controle interno, sendo vedada a fiscalização pelo Tribunal de Contas competente.
- e) Os fundos especiais, uma vez instituídos, têm vigência indeterminada e não podem, em nenhuma hipótese, ser extintos ou ter sua finalidade alterada por lei superveniente.

62. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se despesa obrigatória de caráter continuado:

- a) Toda despesa de capital destinada à formação de ativos, independentemente do prazo de sua execução.
- b) A despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios, devendo os atos que a criarem ou aumentarem ser instruídos com estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração da origem dos recursos para seu custeio.
- c) As despesas obrigatórias de caráter continuado dispensam medida de compensação, ainda que

resultem em aumento permanente de despesa, bastando a previsão orçamentária.

- d) O aumento permanente de receita apto a compensar despesa obrigatória de caráter continuado pode decorrer de qualquer estimativa de crescimento da arrecadação, independentemente de majoração de alíquota, ampliação de base de cálculo ou criação de tributo.
- e) As despesas destinadas ao reajustamento de remuneração de pessoal submetem-se à exigência de demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio.

63. Quanto às emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária e sua execução obrigatória (orçamento impositivo), é correto afirmar:

- a) A execução obrigatória das emendas parlamentares individuais é absoluta, não comportando qualquer exceção quanto à impositividade de execução.
- b) Quando a transferência obrigatória da União para a execução de emendas impositivas for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, referido repasse não depende de comprovação de adimplência do ente federativo destinatário.
- c) As emendas de relator-geral ao projeto de lei orçamentária, por decisão do Supremo Tribunal Federal, foram consideradas compatíveis, em sua configuração original, com os princípios da transparência e da responsabilidade fiscal.
- d) Programações orçamentárias de emendas impositivas não poderão ser inscritas em restos a pagar, porquanto tais despesas devem ser executadas integralmente no mesmo exercício.
- e) As emendas parlamentares individuais somente podem destinar recursos a ações e serviços públicos de saúde, sendo vedada sua aplicação a qualquer outra finalidade.

64. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) acerca da dívida pública e do endividamento dos entes federativos, assinale a alternativa correta.

- a) Dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nela não se incluindo as operações de crédito de prazo inferior a doze meses.
- b) Ultrapassado o limite da dívida consolidada ao final de um quadrimestre, o ente terá até o término do quadrimestre seguinte para reconduzi-la ao respectivo limite, sendo facultativa, nesse período, a adoção de medidas de contenção, como a limitação de empenho.
- c) Compete ao Senado Federal, mediante proposta do Presidente da República, fixar, por resolução, os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) É vedada, mesmo quando praticada por instituição financeira estatal, a operação de crédito destinada a refinarciar, junto ao próprio ente credor, dívida anteriormente contraída pelo Estado ou Município.
- e) O refinanciamento do principal da dívida mobiliária pode exceder, ao término de cada exercício financeiro, o montante verificado ao final do exercício anterior.

AValiação Econômica de Projetos e Ativos

Paulo Portinho

65. Considere as informações a seguir:

	Ano 1	Ano 2
Ativo Total	420	540
Receita Líquida	500	720
Patrimônio Líquido	200	240
Lucro Operacional	160	320
Despesas financeiras	40	80

Considerando que o grau de alavancagem financeira (GAF) pode ser calculado pela razão entre o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e o retorno sobre o ativo total (ROA), assinale a alternativa correta:

- a) $GAF \text{ Ano } 1 > GAF \text{ Ano } 2$
- b) $1 < GAF \text{ Ano } 1 < GAF \text{ Ano } 2$
- c) $GAF \text{ Ano } 1 = 3,20$
- d) $GAF \text{ Ano } 2 = 2,40$
- e) Como não houve alteração na estrutura de capital e no custo de capital de terceiros, os graus de alavancagem financeira são iguais

66. Um analista compara dois projetos de investimento e observa que, em determinado nível de taxa de desconto, as curvas de VPL dos dois projetos se interceptam. Sobre essa situação, assinale a alternativa FALSA:

- a) No ponto de interseção, os dois projetos apresentam o mesmo VPL.
- b) A TIR de ambos os projetos corresponde à taxa de desconto que zera os seus VPLs.
- c) Se duas curvas de VPL se cruzam, isso significa que os projetos têm a mesma TIR.
- d) A taxa de desconto no ponto de cruzamento não corresponde, necessariamente, à TMA.
- e) O projeto com menor investimento inicial não é, por si só, sempre o melhor quando as curvas se cruzam.

67. Considere o modelo de precificação de ativos (CAPM). Um ativo possui beta igual a 4,0, o prêmio de risco de mercado é de 10% ao ano, e a taxa livre de risco é de 15% ao ano. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta quanto ao retorno esperado do ativo:

- a) 25% ao ano
- b) 35% ao ano
- c) 45% ao ano
- d) 55% ao ano
- e) 65% ao ano

68. Uma empresa possui a seguinte estrutura de capital:

- R\$ 600.000 de dívida;
- R\$ 400.000 de capital ordinário.

Considere que:

- a alíquota de IR é de 30%;
- o custo bruto da dívida é de 10% ao ano;
- o custo do capital ordinário é de 14% ao ano.

Com base nessas informações, assinale a alternativa que **corresponde corretamente à fórmula do WACC** dessa empresa:

- a) $WACC = 40\% \times 14\% + 60\% \times 10\% \times (1 - 30\%)$
- b) $WACC = 60\% \times 14\% + 40\% \times 10\% \times (1 - 30\%)$
- c) $WACC = 60\% \times 14\% + 40\% \times 10\%$
- d) $WACC = 40\% \times 14\% + 60\% \times 10\%$
- e) $WACC = 60\% \times 14\% \times (1 - 30\%) + 40\% \times 10\% \times (1 - 30\%)$

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

69. Uma distribuidora de autopeças descontou em um banco uma duplicata com valor nominal de R\$ 30.000,00, faltando 5 meses para o seu vencimento, mediante desconto comercial simples, à taxa de desconto de 4% ao mês. A taxa de juros simples mensal que o banco efetivamente cobrou nessa operação foi de

- a) 4,0%
- b) 4,5%
- c) 5,0%
- d) 5,5%
- e) 6,0%

70. Para financiar a ampliação de sua rede de distribuição, uma empresa de saneamento contratou um empréstimo à taxa nominal de 36% ao ano, com capitalização mensal dos juros. No regime de juros compostos, a taxa efetiva equivalente para um trimestre dessa operação é de

- a) 6,0900%
- b) 7,9903%
- c) 9,0000%
- d) 9,2727%
- e) 10,6440%

71. Uma empresa de logística avalia um projeto de renovação de sua frota que exige um investimento de R\$ 150.000,00 na data inicial e prevê gerar entradas líquidas de caixa de R\$ 88.000,00 ao final do primeiro ano e de R\$ 96.800,00 ao final do segundo ano, quando o projeto se encerra. Considerando a taxa mínima de atratividade de 10% ao ano, o valor presente líquido (VPL) do projeto e a conclusão quanto à sua viabilidade econômica são, respectivamente, (Dado: $1,10^2 = 1,21$)

- a) R\$ 34.800,00 e viável
- b) R\$ 10.000,00 e viável
- c) R\$ 18.000,00 e viável
- d) R\$ 0,00 e indiferente
- e) -R\$ 10.000,00 e inviável

72. Uma empresa do setor metalúrgico contratou em um banco um empréstimo de R\$ 50.000,00, a ser liquidado em um único pagamento de R\$ 63.360,00 ao final de um ano. Na data da liberação do crédito, o banco descontou do valor contratado 2,5% a título de IOF e 1,5% de tarifa de cadastro. Sabendo que a inflação acumulada nesse ano foi de 10%, o custo efetivo anual da operação para a empresa e a correspondente taxa real anual foram, respectivamente, de

- a) 26,72% e 16,72%
- b) 26,72% e 15,20%
- c) 30,72% e 18,84%
- d) 32,00% e 22,00%
- e) 32,00% e 20,00%

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna

73. Em uma auditoria sobre a política estadual de manutenção de rodovias, a equipe do tribunal de contas selecionou o objeto e definiu critérios de avaliação com base na legislação, em parâmetros técnicos e em boas práticas. Em seguida, os próprios auditores mensuraram o desempenho da política de acordo com esses critérios e apresentaram os resultados no relatório.

De acordo com a ISSAI 100, o trabalho descrito é classificado como

- a) trabalho de certificação, pois a parte responsável apresentou previamente a informação do objeto a ser avaliada pelo auditor.
- b) trabalho de asseguarção limitada, uma vez que a definição dos critérios pelo auditor impede o fornecimento de asseguarção razoável.
- c) auditoria financeira, pois a equipe utilizou parâmetros técnicos para mensurar o desempenho da gestão.

d) trabalho de certificação, pois a mensuração do objeto de auditoria é sempre responsabilidade da equipe de auditoria.

e) trabalho de relatório direto, pois o auditor selecionou o objeto e os critérios e realizou diretamente a mensuração ou avaliação.

74. Ao revisar os papéis de trabalho de uma auditoria, o supervisor verificou que a equipe havia registrado apenas a conclusão final de cada procedimento, sem identificar as amostras examinadas, as evidências obtidas nem os julgamentos profissionais empregados.

À luz da ISSAI 100, a documentação preparada pela equipe

- a) é suficiente, desde que as conclusões tenham sido posteriormente incorporadas ao relatório de auditoria.
- b) é insuficiente, pois a documentação deve permitir que um auditor experiente, sem conhecimento prévio do trabalho, compreenda os procedimentos executados, as evidências obtidas e as conclusões alcançadas.
- c) é suficiente, pois a identificação das amostras e das evidências é necessária apenas em auditorias financeiras.
- d) é insuficiente porque os papéis de trabalho devem reproduzir integralmente todos os documentos examinados.
- e) é suficiente se os integrantes da equipe permanecerem disponíveis para prestar esclarecimentos durante o monitoramento.

75. A respeito do risco de auditoria e dos níveis de asseguarção nos trabalhos de auditoria do setor público, assinale a afirmativa correta.

- a) Em um trabalho de asseguarção limitada, o risco aceitável de se chegar a uma conclusão inadequada é maior do que em um trabalho de asseguarção razoável.
- b) A asseguarção razoável exige que o auditor elimine o risco de auditoria, fornecendo certeza sobre o objeto examinado.
- c) O risco inerente corresponde ao risco de os procedimentos executados pelo auditor não detectarem uma distorção relevante existente.
- d) O risco de controle pode ser diretamente reduzido pela ampliação da amostra e pela aplicação de procedimentos substantivos adicionais.
- e) Quanto menor o risco de distorção relevante avaliado, menor deverá ser o risco de detecção aceito pelo auditor.

76. Durante auditoria sobre transferências voluntárias, a equipe obteve grande quantidade de declarações verbais dos próprios gestores, mas não conseguiu corroborá-las por documentos, confirmações externas ou outros elementos independentes.

Considerando os atributos das evidências de auditoria, assinale a afirmativa correta.

- a) A grande quantidade de declarações é suficiente para compensar a baixa confiabilidade da fonte da evidência.
- b) As declarações dos gestores devem ser consideradas mais confiáveis que documentos externos, pois os gestores conhecem melhor as operações da entidade.
- c) A suficiência da evidência diz respeito à sua qualidade, enquanto a adequação corresponde à sua quantidade.
- d) A obtenção de mais evidências de baixa qualidade não necessariamente compensa deficiências relacionadas à sua relevância ou confiabilidade.

- e) Evidências verbais são inadmissíveis em auditorias governamentais, ainda que sejam corroboradas por outras fontes.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

77. Durante a análise do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de São Paulo, a equipe técnica verificou quais matérias deveriam constar desse instrumento, diferenciando-as dos demonstrativos e conteúdos próprios da Lei Orçamentária Anual.

Nesse contexto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá conter, entre outras previsões,

- a) demonstrativo da receita e da despesa segundo categorias econômicas, integrante do balanço orçamentário.
- b) orçamento fiscal referente aos Poderes, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.
- c) demonstrativo regionalizado dos efeitos de benefícios tributários, financeiros e creditícios sobre receitas e despesas.
- d) parâmetros e limites para a elaboração das propostas orçamentárias da ALECE e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado.
- e) quadro discriminativo da despesa por unidade orçamentária, programa de trabalho e natureza da despesa.

78. A Lei Orçamentária Anual de determinado ente público, referente ao exercício financeiro de 2026,

- a) segundo a LRF, deve conter o Anexo de Metas Fiscais, com avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior.
- b) segundo a Constituição Federal, cumpre o princípio da exclusividade ao autorizar a abertura de crédito especial com lei específica.
- c) segundo a Constituição Federal, poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.
- d) segundo a Lei nº 4.320/1964, cumpre o princípio da universalidade ao registrar receitas e despesas pelo valor real, deduzidas as compensações legais.
- e) segundo a Lei nº 4.320/1964, deve classificar a aquisição de veículo novo e a construção de prédio público como inversões financeiras.

79. Durante a análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual da União, determinado parlamentar pretendeu destinar recursos de sua emenda individual impositiva ao Estado de São Paulo, para aplicação em obras de infraestrutura e urbanização da capital. A assessoria técnica informou que a Constituição admite a transferência direta de recursos a outros entes federativos, desde que observada a modalidade constitucional adequada e as restrições aplicáveis.

Considerando a disciplina constitucional das emendas parlamentares impositivas e das transferências especiais, assinale a alternativa correta.

- a) As emendas individuais impositivas somente podem ser executadas diretamente pela União, sendo vedada a transferência dos recursos a Estados, Distrito Federal ou Municípios.
- b) As transferências especiais exigem, como regra, a celebração de convênio ou instrumento congênere entre a União e o ente beneficiado.
- c) Os recursos transferidos por emenda individual impositiva na modalidade transferência especial

pertencem ao ente beneficiado no ato da efetiva transferência financeira.

- d) A execução obrigatória das emendas individuais impede limitação de empenho, ainda que haja risco de descumprimento da meta fiscal.
- e) As transferências especiais podem ser destinadas, em caráter especial, ao pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista do ente beneficiado.

80. Para responder à questão, considere as seguintes informações extraídas da execução orçamentária e financeira de uma entidade pública, referentes ao exercício financeiro de 2025. Os valores estão expressos em reais.

Cauções e depósitos restituíveis recebidos
..... R\$ 96.000,00

Receita realizada de alienação de bens imóveis
..... R\$ 310.000,00

Receita realizada de exploração do patrimônio imobiliário R\$ 1.420.000,00

Receita realizada de cessão de direitos
..... R\$ 455.000,00

Receita realizada de indenizações, restituições e ressarcimentos R\$ 188.000,00

Receita realizada de multas administrativas e contratuais R\$ 64.000,00

Receita realizada de multas e juros de mora de receitas de capital R\$ 37.000,00

Superávit financeiro apurado em 31/12/2024
..... R\$ 275.000,00

De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e com o MCASP 11ª edição, o impacto positivo total das receitas orçamentárias no resultado da execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2025 foi de:

- a) R\$ 2.845.000,00
- b) R\$ 2.749.000,00
- c) R\$ 2.474.000,00
- d) R\$ 2.378.000,00
- e) R\$ 2.199.000,00

Estudo de Caso 1

1. Situação Hipotética

Durante a elaboração da proposta orçamentária do exercício financeiro de 2025, um Deputado Federal apresentou emendas individuais impositivas visando beneficiar o Município Beta. A primeira emenda propôs o repasse de recursos mediante transferência especial para a pavimentação de vias urbanas, destacando a desnecessidade de celebração de convênio. A segunda emenda indicou a alocação de recursos por meio de transferência com finalidade definida para reformas de postos de saúde de competência estritamente municipal. Contudo, o órgão técnico federal executor apontou impedimentos à execução das programações, alegando a ausência de licença ambiental prévia para a pavimentação e a desconformidade constitucional na destinação da finalidade definida.

2. Comando da Questão

Considerando as regras constitucionais e legais que regem o processo orçamentário brasileiro, em especial as normas relativas às emendas individuais impositivas e os preceitos da Lei Complementar 210 de 2024, redija um texto dissertativo que atenda aos seguintes tópicos:

- 1. Diferencie as modalidades de transferência especial e de transferência com finalidade definida, explicitando seus respectivos requisitos e vedações constitucionais.*
- 2. Analise a legitimidade da indicação de impedimentos de ordem técnica para a suspensão da execução obrigatória de emendas parlamentares, exemplificando hipóteses desse caráter nos termos da legislação de regência.*

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

1. Situação Hipotética

Uma denúncia protocolada junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) apontou indícios consistentes de desvios e desperdício de recursos na execução de um programa de distribuição de medicamentos de alta complexidade da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP). Segundo o denunciante, os medicamentos eram estocados em condições inadequadas, gerando perdas por vencimento de prazo de validade, e o processo de licitação de um dos principais lotes apresentou falhas formais que sugeriam direcionamento do certame. O órgão de controle externo estadual foi instado a agir de imediato para verificar a legalidade das licitações e, de forma concomitante, avaliar a racionalidade na gestão logística do programa público paulista para mitigar o desperdício de insumos.

2. Comando da Questão

Considerando as regras estabelecidas na Constituição do Estado de São Paulo, na Lei Orgânica do TCE-SP (Lei Complementar Estadual nº 709 de 1993) e as diretrizes das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), redija um texto dissertativo que atenda aos seguintes tópicos:

1. Identifique e diferencie os instrumentos de fiscalização adequados para apurar os fatos denunciados e para avaliar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho do respectivo programa da SES-SP.
2. Discorra sobre as distinções metodológicas e de resultados entre as auditorias de regularidade e as auditorias operacionais aplicáveis à análise do caso apresentado.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
